

AS FORMAS POLÍTICAS E ORGANIZACIONAIS DO ABC PAULISTA 36 ANOS DEPOIS DAS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES: REMEMORAR NUNCA É DEMAIS

FABIANA SCOLESO*

RESUMO

Este artigo visa resgatar a história do movimento operário e sindical de fins da década de 1970 destacando o protagonismo do sindicato e dos metalúrgicos do ABC Paulista. Em uma época de ditadura militar, os metalúrgicos do ABC e o Sindicato deram um novo conteúdo às manifestações criando novas formas organizativas e políticas. Exemplo disso são o jornal sindical *Tribuna Metalúrgica*, os encontros no Estádio de Vila Euclides e o Fundo de Greve. Desta forma pretendemos trazer à tona as principais estratégias que compreenderam a luta dos metalúrgicos do ABC paulista contra a política de superexploração, arrocho salarial e aviltamento estabelecido pela ditadura militar representante da autocracia burguesa bonapartista.

PALAVRAS-CHAVE: movimento operário, novo sindicalismo, milagre econômico brasileiro, formas organizacionais, autocracia.

ABSTRACT

This article aims to rescue the history of the labor and trade union movement of the late 1970s emphasizing the role of the union and metalworkers in the ABC Paulista region. In an era of military dictatorship, the metalworkers from ABC and the union gave a new content to the demonstrations creating new organizational and political forms. An example is the union newspaper *Tribuna Metalúrgica*, the meetings in the Vila Euclides Stadium and the Strike Fund. Thus we aim to bring out the main strategies that understood the struggle of metalworkers from ABC Paulista against the policy of exploitation, wage squeeze and vilification established by the military dictatorship which was representative of the bourgeois bonapartist autocracy.

KEYWORDS: labor movement, new unionism, brazilian economic miracle, organizational forms, autocracy.

Há 36 anos o movimento operário e sindical do ABC Paulista iniciava sua trajetória de lutas e passava a ocupar seu lugar na história. Após tantos anos e com as recentes manifestações que se espalharam pelo país é fato a necessidade de reconsiderar aquele marco específico da luta contra a superexploração e, conseqüentemente, contra a ditadura militar que assolava o país e seu povo em nome do capital estrangeiro e da burguesia bonapartista nacional.

Claro que os marcos que separam os movimentos de 1978 dos atuais são distintos e recoberto de especificidades que merecem cuidado analítico. Mas o que fica evidente é que os movimentos sociais nunca estiveram adormecidos como tantos afirmaram. Ao longo de décadas muitas foram as ações desencadeadas por movimentos populares, operários e sindicais na luta contra as várias opressões reproduzidas à décadas no Brasil. Questões como moradia, etnias, feminismo, transporte público, saúde e educação entre outros, ganharam espaço nas cidades e nos espaços acadêmicos.

Neste artigo nossa intenção é tratar não apenas do tema, mas do conteúdo e das formas de organização que caracterizaram os movimentos operário e sindical no ABC Paulista nos anos 1970 entendendo como foi possível ultrapassar o limite sindical e congregar novos temas não apenas na luta contra a opressão no interior da indústria mais dinâmica (automobilística) como também questionar a política econômica e a própria ditadura militar.

Outro fato importante a ser considerado é a intensa participação popular que não se manteve apenas como espectador ou executor das diretrizes do sindicato, mas que construiu e praticou junto com o sindicato um movimento amplo e solidário que foi capaz de colocar o dedo na ferida do então governo.

São estas pessoas e suas formas organizacionais que serão aqui lembrados na tentativa de valorizar e tornar viva a experiência de

homens e mulheres e revitalizar parte da história dos movimentos sociais no Brasil.

Na década de 1970 uma categoria de trabalhadores ganhou voz e projeção nacional: os trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista. Desde a década de 1950 o setor automobilístico vinha redimensionando seus projetos e ampliando seu poder econômico e político sobre as esferas do governo e da sociedade. Em bem pouco tempo se tornou o setor mais dinâmico e o pilar da economia nacional. O projeto de Juscelino Kubitschek era irrigado com investimentos do BNDES e por comissões que transitavam livremente pelo Palácio do Planalto. Foram inúmeros benefícios e regras legais que deram sustentação à consolidação da indústria automobilística demonstrando os elos de subordinação do estado pelo capital. Componentes decisivos neste processo foram a oficialização da SUMOC 127 e 128 (Superintendência da Moeda e do Crédito) que incentivavam as empresas a aumentar seus níveis de nacionalização em troca de taxas de câmbio favoráveis à importação de componentes e a formação da GEIA (Grupo Executivo para a Indústria Automobilística) que elaborava e submetia à aprovação da Presidência da República seus planos industriais. O GEIA era basicamente constituído pelo Ministro da Aviação, pelo diretor executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito, pelos diretores das Carteiras de Câmbio e do Comércio Exterior do Banco do Brasil e pelo diretor superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDES.¹

O comprometimento de várias agências no interior do GEIA já nos dá a dimensão do aparato político e econômico para implementar e dar vazão à indústria automobilística no Brasil. A SUMOC 113 talvez tenha sido o mais importante instrumento da chamada “Era JK” na instauração de benefícios a Indústria Automobilística da década de 1950, pois ela permitia que todos os equipamentos fossem importados sem qualquer cobertura cambial.

O que vale apresentar aqui é como o capital estrangeiro inicia sua escalada de superexploração e como este processo se agudiza na ditadura militar e da burguesia bonapartista brasileira fundamentalmente pela introdução de um novo padrão de acumulação e pela construção de dispositivos repressivos que garantiram a ascensão rápida do capital principalmente nos primeiros anos da ditadura.

A política salarial da ditadura militar deu suporte definitivo ao capital e à superexploração da força de trabalho. Embora a década de 1970 fosse a expressão de uma crise endógena e exógena os caminhos utilizados pela política da ditadura militar para sua superação sempre perpassava a política salarial e pelas manipulações nos índices de reajuste salarial.

Diante disso os trabalhadores e o sindicalismo do setor mais dinâmico e pilar mais importante da economia nacional ressurgiram. Vítimas de anos de opressão e de dispositivos legais para calar e refrear a luta a classe trabalhadora estes ressurgiram à cena empunhando como principal bandeira a crítica às manipulações dos índices salariais, a melhoria real dos salários e contra, fundamentalmente, o aviltamento. No decorrer da organização novas demandas e estratégias juntaram forças ao movimento o que deu a ele condições de conquistar um dinamismo e uma nova qualidade a suas ações. Isso não significa que o movimento foi completamente novo. As ações que permearam o movimento operário e sindical no pré-64 e que deram suporte a inúmeras greves ao longo da década de 1950 e 1960 não podem ser, simplesmente esquecidas ou desqualificadas. O fato é que o movimento ressurgido no ABC despontava para um enfrentamento direto não apenas sobre as questões salariais, que foram, sem dúvida, pano de fundo e base essencial para esta nova qualidade, mas também uma luta definitiva contra a própria forma de ser da ditadura. A luta que avançou e que sofreu vitórias e derrotas construiu o germe de um movimento que

poderia ir muito mais além da estrutura sindical e foi em um determinado momento.

Por este motivo queremos evidenciar os traços mais importantes na organização desse movimento. Demonstrar como a construção de instrumentos de conscientização e a presença maciça da classe trabalhadora deram volume e força surpreendente ao movimento. Como as ações sindicais tiveram resposta e participação da classe trabalhadora para que suas manifestações pudessem ter voz e vez na sociedade brasileira.

A estruturação de um “novo sindicalismo” foi além da mera questão categorial ou, simplesmente, de estabelecer um marco divisório entre as práticas sindicais do pré-64 e aquelas surgidas dos movimentos da década de 1970. Embora muitos sindicalistas quiserem usar a chancela do “novo” para desassociar suas práticas daquelas utilizadas no passado, sabemos bem que as bases históricas para a construção de qualquer movimento novo estão exatamente lá.

Mas essa tentativa de ruptura e originalidade é marco emblemático na própria esquerda brasileira dos anos 1960. Ela perpassou críticas e dissidências ao PCB das práticas adotadas pelo Partidão no pré-64. O golpe de 1964 imputou aos movimentos operário e sindical anterior a ele o peso de ter sido, na visão de muitos, cupulistas e reformistas. Para o sindicalismo “novo” que estava surgindo na década de 1970 negar a prática sindical do período anterior ao golpe, era marcar posição sobre o passado e as até então recentes atividades do sindicato na região do ABC Paulista.

Não queremos com isso dizer que não existe nada de novo no “novo”. Pelo contrário. Os movimentos sindical e operário do ABC Paulista foram de enorme importância e inovador em muitos aspectos. Foi um momento onde o reordenamento das ações em confronto com um cenário que agudizou as contradições entre capital e trabalho.

Mas de fato precisamos estabelecer essa nova qualidade que o movimento operário do ABC Paulista produziu. O primeiro e fundamental aspecto é a compreensão do cenário político e econômico enraizado desde 1964 e que produziu um “milagre econômico” altamente prejudicial e destrutivo da classe trabalhadora brasileira. Os pilares erguidos em torno do binômio “segurança e desenvolvimento”, os instrumentos jurídicos de repressão e a estruturação da política salarial foram alguns dos ingredientes que produziram a depreciação salarial e condições de vida aviltantes para um grande contingente da classe trabalhadora brasileira. Compreender este cenário é entender como as contradições sociais fazem emergir novas condições de luta.

Constituindo-se como ponto de inflexão na história dos movimentos operário e sindical brasileiro, o final da década de 1970 representa a expressividade das movimentações metalúrgicas que, a partir da greve de maio de 1978, tornaram-se o principal obstáculo e abalaram as estruturas do chamado “milagre econômico brasileiro” através da superexploração que a classe operária brasileira começava a denunciar. Iniciavam-se justamente no polo mais dinâmico da economia nacional e no setor considerado responsável pelo sucesso rápido do “milagre”. As greves iniciadas no ABC Paulista iniciariam sua trajetória de luta e resistência e colocaria em xeque e ao tempo, a política econômica praticada pela ditadura militar.

Os 14 anos que separam o golpe das primeiras paralisações na Scania-Saab gestaram e deram sustentação àquilo que em 1978 seria um basta à superexploração e aviltamento das condições de vida e trabalho dos operários brasileiros.

Mas palavras do filósofo José Chasin, este anos de aparente desmobilização gestou e gerou novas condições para a luta,

Brotou em maio, é certo. Mas que não venham com o grosseiro equívoco de pensar em tardios rebentos de outono, pois teve de germinar, como que hibernando, ao longo de 14 anos. E atrás de si, há de se reconhecer, não domina o vácuo. Ao inverso, há toda uma história que 64 interrompeu, mas que jamais poderia extinguir. Hoje ela reemerge em novas circunstâncias e com atributos acrescidos, renovada e ampliada em suas forças. Objetivamente não recusa seu passado, supera-o. Aliás, por enquanto não pensa nisso, age. Reencontra o melhor de uma tradição e a leva com maiores possibilidades, se não no curto, com certeza no longo prazo. E, se desse passado não tem maior ou mais exata notícia, não é culpa sua. Ademais, por que não recordar também a antiga observação de que “eles não sabem, mas o fazem”?²

A crise do “milagre”, ponto decisivo de irrupção dos movimentos operário e sindical da década de 1970, colocou em xeque a própria estrutura do modelo econômico, resultado de uma forma específica de organização da produção e gestão do capital.

Segundo Francisco de Oliveira, a estruturação do processo de acumulação ancorava em três departamentos produtivos de bens duráveis e não-duráveis e se atuavam concomitantemente, atingindo seus maiores graus nos investimentos do capital no setor de bens de consumo duráveis. Baseado na dinâmica da indústria automobilística e de produtos correlatos, a produção deste segmento destinava-se à absorção de setores privilegiados do mercado interno. Um “milagre” que tinha como sustentáculo um “esforço” exportador predominantemente de produtos primários e de matérias-primas. A esse “esforço” exportador há de acrescentar ainda que os ramos mais prejudicados pela profunda alteração na estrutura da demanda encontraram possibilidades de escoar sua produção no mercado externo, graças a pesados subvencionamentos das exportações.³

Esse fenômeno complexo de acumulação capitalista no Brasil produziu uma nova dinâmica econômica no país assim como a maciça exclusão das camadas populares de suas premissas. O “milagre” produzia uma distribuição negativa da riqueza gerando miséria de amplas camadas populacionais. Neste sentido, é de fundamental importância ressaltar o

papel da política salarial no conjunto desse complexo. De acordo com Octávio Ianni, a política salarial foi o principal instrumento da economia política da ditadura militar,

(...) muitas foram as atuações que exerceram influência direta e indireta na acumulação de capital, na expansão da grande empresa, no florescimento dos grandes negócios. Tudo isso, no entanto, compreendeu, em algum grau, e às vezes em grande medida, a política de arrocho salarial dos governos militares. Tratava-se de refazer, aperfeiçoar e acentuar a exploração dos trabalhadores na indústria, agricultura, agroindústria, mineração, extrativismo e outras atividades econômicas; tratava-se de desenvolver a exploração dos trabalhadores produtivos, principalmente operários e camponeses.⁴

A irresolução dos problemas sociais e econômicos não é algo inédito nos países latino-americanos constituídos através de uma particularidade objetiva. O Brasil, por exemplo, tem em sua história características que marcam definitivamente seu desenvolvimento principalmente pela sucessão de políticas instáveis, de natureza autocrática e de subordinação ao capital internacional.

Os resultados produzidos pelo desenvolvimento da indústria brasileira, principalmente as instaladas no ABC Paulista, davam os primeiros sinais das contradições existentes na acumulação de capital, do controle do sistema e da organização sindical. A estrondosa desigualdade social, a inflação, a contenção dos salários e a manipulação dos índices de reajuste demonstravam a definitiva feição da acumulação monopolista subordinada realizada no Brasil. Era a ditadura do capital sobre o trabalho que alavancava surpreendentes índices de crescimento econômico além de alavancar, sobretudo, surpreendentes índices de miséria.

A nova política salarial e a substituição da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiveram sempre associadas a proibições de greves e do direito de barganha coletiva por parte dos trabalhadores, já que a legislação salarial retirou da

Justiça do Trabalho e dos sindicatos os poderes que davam sentido à sua existência. O Ministério do Trabalho passou a assumir funções de interventor dos sindicatos, instituindo uma crescente burocratização das questões trabalhistas. Aos poucos, todas as medidas propostas para dar novos rumos à economia brasileira, inclusive a gradativa extensão da jornada de trabalho sem aumento real de salários, foram se tornando o principal elemento condutor da miséria da classe trabalhadora.

Além disso, as diretrizes da política econômica, adotadas em julho de 1964 a março de 1967, e sintetizadas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), apresentavam inúmeras incongruências. Dentre elas, que não foi posta em prática, a meta de criar 1.100 empregos por ano para evitar o desemprego estrutural. Outro ponto era a distribuição de renda, segundo qual o governo se comprometia a manter a participação percentual da remuneração do trabalho no Produto Interno Bruto (PIB) em níveis semelhantes aos alcançados em anos anteriores.

De 1968 a 1973, o Brasil registrou uma das maiores taxas de crescimento de sua história. Em contrapartida o salário mínimo, nos principais centros urbanos do país tinha sofrido grande depreciação, inclusive em São Paulo. De acordo com Edmilson Costa o valor da cesta básica, no período, correspondia a 42,33% do salário mínimo em 1968 e aumentou para 61,25% em 1973 que demonstra nitidamente a evolução inflacionária no país.⁵

A partir de 1974 os padrões de gerenciamento político-econômico ministrados pelo governo autocrático começaram a ser questionados. A crise do “milagre” foi o início de um período de entendimento da situação e, principalmente, surgiu como elemento propulsor de uma postura mais crítica frente aos descontentamentos gerados. A manipulação dos índices de correção salarial em 1973/74, divulgados somente em 1977 desmascarou o “milagre”, colocando em xeque seus pilares constitutivos.

Sindicatos e trabalhadores reassumiram suas posições no cenário social nacional revelando ao país a exclusão e a miséria as quais a classe trabalhadora havia sido submetida ao longo de 14 anos de ditadura militar. O projeto de organização da produção baseado na acumulação e num esforço exportador, tendo no arrocho salarial sua principal fonte de sustentação, acabou sendo tragado por algo que ele mesmo criou: um processo de esgotamento e autofagia:

A política econômica da ditadura conheceu seu estrangulamento pela contradição que se estabeleceu, dadas as condições de país economicamente subordinado, entre o esforço exportador e as exigências de importação. Estas superando sempre aquelas, gerando o desequilíbrio dos balanços comerciais e de pagamento, implicando progressivo endividamento. Evidentemente, completam ainda este quadro os demais ônus decorrentes da forte presença no interior da economia brasileira do capital estrangeiro.⁶

Novos atores, cenário, novas condições sociais e novas perspectivas. A novidade proposta pelo sindicalismo brasileiro a partir de 1978 realmente chama a atenção. A classe trabalhadora, acrescida de experiência e renovada nos anseios, começa a se organizar dentro dos locais de trabalho e da superexploração cruzando os braços e iniciando, assim, um dos momentos mais importantes de constituição do autodenominado “novo sindicalismo”.

Desde o princípio do ano de 1977, o jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do campo e Diadema, a Tribuna Metalúrgica dava os primeiros passos na construção de um perfil contestador. Nesta nova fase passa a publicar os famosos “Bilhetes do João Ferrador” na forma de editais e dirigidos aos ministros e questionando, de forma aberta e precisa, a aplicação prática das iniciativas adotadas pelo governo. A Coluna reservada aos “Bilhetes de João Ferrador” já existia na Tribuna desde 1972, mas é somente em 1977 que adquire o papel de interlocutor das demandas dos trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista.



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

Na época, Lula explicou o significado de João Ferrador para os metalúrgicos do ABC Paulista,

O João Ferrador são todos e cada um dos trabalhadores. É o símbolo da nossa consciência e da nossa dignidade. Só por isso ele foi criado. Foi nossa voz na Tribuna Metalúrgica durante os últimos oito anos. Inicialmente ele apareceu de perfil – cara e bonezinho, escrevendo seus bilhetes. Mandava nossos protestos às autoridades. E, à medida que cresceu nossa organização e começamos a conquistar espaço no campo de batalhas contra os patrões, ele se revelou de corpo inteiro. Então sua linguagem e seus gestos se tornaram mais ousados. Assim popularizou-se essa figura na qual todos nós encarnamos. Hoje para destruí-la, as autoridades teriam mesmo que prender e arrebentar todos os trabalhadores.⁷

Durante anos os Bilhetes de João Ferrador serviram para encaminhar às autoridades os protestos dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, o que também ajudava na conscientização e na função organizativa. Em um de seus bilhetes, ainda anterior às paralisações que ocorreriam a partir de 1978, enviado ao então Ministro do Trabalho Arnaldo Costa Prieto, João Ferrador menciona as alterações dos índices salariais e manda o seu recado,

Ilustríssimo Sr. Arnaldo costa Prieto
Digníssimo Ministro do Trabalho e do Meu Brasil Grande e Potente

Prezado Senhor:

O negócio é o seguinte: a notícia do fajutamento dos dados sobre a inflação no tempo do chamado “milagre brasileiro” provocou, aqui no pedaço, uma bruta reação. Tanto que a turma, apesar de um pouco descrente na ação sindical, compareceu em massa à assembleia para tratar do assunto. O próprio senhor Ministro deve ter se surpreendido com o comparecimento. Posso garantir ao Senhor Ministro, com a maior convicção, que a correria do pessoal à assembleia foi na base da vontade de reagir contra o logro. Afinal, as pessoas sentem-se ofendidas quando alguém passa-lhes para trás. Mas deixa a tal observação para lá. Ela é de teor sociológico, diria o professor de ciências sociais do Sindicato, e não vem ao caso no momento. Peço licença para discordar do Senhor Ministro, a respeito da diferença salarial que a fajutagem provocou. O Senhor diz que não temos direito a essa diferença porque o sistema de calcular os reajustes salariais é diferente diz que se usava para verificar o aumento da inflação do meu Brasil grande e potente. Tudo bem. Mas, de que forma se prova isso? Até o momento, nem o Senhor nem seu colega do Ministério da Fazenda provaram nada. Por isso, senhor ministro, permanece de pé o estudo do DIEESE, segundo o qual a nossa perda salarial chegou a 34,1%.

Gostaria ainda, aproveitando essa oportunidade, de falar ao senhor sobre o que mais penso no assunto. Por exemplo, noto que essa fajutagem permaneceu enrustida durante quatro anos. Somente agora os jornais puderam divulgar-la. E o fizeram com tamanha força que já deve ter muita gente da alta, por aí, temerosa de que o fogo chegue até o seu rabo preso. Não querendo ser masoquista (ei! Pessoal, procura no dicionário o significado), como diria aquele colega do curso de madureza que se senta ao meu lado, sinto-me satisfeito com isso. Porque vejo que começa a haver liberdade de expressão no meu Brasil grande e potente, com a imprensa já se lembrando de nós. E isso, senhor Ministro, é muito importante. Pois aqui no pedaço estreito, se depende da imprensa para saber o que se passa no Brasil e no Mundo. Se o senhor Ministro estiver de acordo comigo podemos, juntos, dar um viva a essa liberdade de imprensa. Até faria um convite para o senhor vir tomar umas e outras aqui no pedaço, no bar do sujo. Se não estiver de acordo, da mesma forma agradeço a atenção dispensada, com um abraço sindical.

João Ferrador⁸

A partir daí, o ressurgimento das manifestações metalúrgicas no ABC pautou-se nos falsos índices de reajustes salariais acobertados em 1973/1974 e divulgados somente em 1977, pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto. O jornal sindical Tribuna Metalúrgica informou o que

estava ocorrendo para os trabalhadores e passou a convocá-los para reuniões e assembleias na sede do sindicato.

TRIBUNA METALÚRGICA
Diretor LUIZ INACIO DA SILVA
ANO VI SÃO BERNARDO, ABRIL DE 1977 N° 41

NOSSA LUTA SALARIAL VAI PROSEGUIR NO TRIBUNAL
Veja como foi nossa ofensiva e como os patrões se defenderam

Trocou o Macacão por uma capa de Juiz. E começou a decidir contra nós.

A categoria perde um grande lutador **As operárias debatem condições de trabalho**

Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

Nos anos anteriores a 1978 uma sucessão de promessas por parte dos gestores da ditadura. A acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro entrava em colapso e da mesma forma que enraizou um tipo mais dinâmico de crescimento econômico demonstrou sua incapacidade de ser uma legítima e real solução para a vida econômica do país.

As manifestações que estavam sendo delineadas no ABC Paulista tendo como tema a luta pela reposição salarial retomaria o fluxo histórico agregando uma necessária reelaboração de suas táticas e estratégias de intervenção social, implicando em novas formas de relacionamento sindicato/trabalhadores e de novas práticas políticas. No caso do ABC Paulista tanto a composição da base social dos movimentos sindicais e populares como a constituição de novas lideranças contavam com a participação ativa de segmentos diversificados dos trabalhadores locais. Militantes dos movimentos da Igreja (particularmente os da Juventude Operária Católica – JOC, Ação Católica Operária, ACO, Pastoral Operária – PO, e Comunidades Eclesiais de Base – CEB's), integrantes de correntes clandestinas das esquerdas e trabalhadores independentes encontrara-se no mesmo espaço, polemizaram entre si, influenciaram-se mutuamente e, concorreram para o estabelecimento de uma nova orientação política.

A Oposição Sindical era voltada essencialmente para o fortalecimento de base desde o princípio da década de 1970 e tinha como principal meta criar um efetivo processo de mobilização dos trabalhadores, procurando organizar, no interior das empresas as Comissões de Fábrica. A Oposição enfrentou grandes dificuldades, já que a vitalidade do movimento operário de base deparava-se com a profunda debilidade da estrutura sindical incapaz de oferecer qualquer solução organizatória e legal. Como meta principal a Oposição Sindical seguiu seu caminho: encontrar um canal coletivo para articular os problemas dos trabalhadores e organizar suas ações. Juntas, a Pastoral Operária e a Oposição Sindical exerceram o papel de chamar a atenção sobre os movimentos organizatórios no interior das empresas através de boletins e reuniões.

O ano de 1977 entrou para a história como aquele que impulsionou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e

Diadema e sua diretoria na retomada do papel efetivo da entidade. A diretoria encabeçada por Lula foi reeleita em 1978 com 97% dos votos. Novas perspectivas e novos comprometimentos foram assumidos para aquele ano assim de debater e enfrentar, como ponto de partida, a legislação sindical.

Foi a Campanha Salarial de 1978 que redesenhou as estratégias de mobilização. A necessidade de uma unidade de ideias deu início a um dos movimentos mais interessantes e dinâmicos deste processo: a greve dentro das fábricas. Ainda que o Sindicato encontrasse dificuldades para colocar em prática o direito de greve, a Lei 4.330 de junho de 1964, em maio de 1978 eclodiu com um fundamental significado: ano de ressurgimento das lutas operárias iniciadas em resposta à superexploração da força de trabalho. Transformou-se em ícone de uma possível transformação social, mas com a certeza de que dependeria de uma necessária ampliação e consolidação para se firmar como movimento inovador e vencedor.



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

A potencialidade objetiva da classe trabalhadora encaminhava as lutas contra o arrocho salarial, mas também enfrentava negatividades, fraquezas e fracionamentos que se transformaram em metas a serem superadas. Por muitas vezes a incompreensão política e o desconhecimento dos dispositivos legais (política de repressão, lei anti greve...) atravancaram o avanço de algumas mobilizações. Entretanto as manifestações de maio de 1978 representavam o enfrentamento dos entraves legais que impediam sua prática. A ação direta das greves não esperou por autorização. A influência que outras mobilizações se somaram a reivindicações específicas surgidas de diferentes realidades do chão de fábrica. As paralisações deste ano, embora dinâmicas e completamente novas para aquele momento ainda demonstravam certa desarticulação da base com o sindicato.

Mas aos poucos o Sindicato, com constantes reuniões e divulgação de informações por meio da Tribuna Metalúrgica, foi imprimindo uma nova e audaciosa forma de atuação que privilegiava uma melhor sintonia entre os dirigentes sindicais e metalúrgicos da região. As estratégias de conscientização tinham como meta a consolidação da união entre os metalúrgicos e em torno das mesmas orientações e reivindicações. Por mais que a adesão ainda não fosse total, pelo menos uma maioria deveria estar engajada e consciente. De acordo com o metalúrgico aposentado Flaviano de Oliveira dos Santos “todo dia chegava boletim do Sindicato, fábrica fechada, faziam diversas reuniões, caminhão de som com a porta fechada com a comissão.”⁹

O trabalho de base amadureceu e possibilitou que as estratégias fossem ampliadas. Comissões provisórias foram criadas no interior das empresas o que se tornou o primeiro passo para a formação de comissões cada vez mais amplas. Apesar de os operários não terem a dimensão do que estavam alcançando naquele momento, eles, de imediato, mexeram com a estrutura governamental da ditadura militar.

As primeiras conquistas dão a dimensão de como a política adotada pelo governo autocrático foi pega de surpresa naquele momento:

1. Conquistaram a possibilidade de um novo texto legal que reconhecesse a legitimidade das greves e a necessidade de reordenação da estrutura sindical existente;

2. As greves abriram fogo cerrado contra o arrocho salarial, perspectivando uma mudança na política salarial e, portanto, da política econômica;

3. Questionou as reais bases de consolidação da ditadura militar e do seu “milagre econômico”;

As paralisações de março de 1979 ainda carregavam como contingência a crise do “milagre econômico” e as misérias por ele constituídas. Mas vale ressaltar que 1979 foi a expressão de um movimento de massas que buscava afirmação e que conquistou um novo lugar na história exatamente por ter inovado nas suas formas de atuação. As dúvidas e incertezas do ano anterior se transformaram em algo mais enraizado, explícito e engajado. O sindicato, as paralisações e as assembleias consolidaram novas formas de mobilização e engajamento. Um dos maiores entraves era conscientizar o operariado que sua luta não era apenas econômica, mas que já era manifestação política.

A progressão do movimento e aquisição de maior experiência e entendimento da profundidade de suas ações deu novos rumos ao movimento democrático de massas. A luta por melhores salários, a guerra contra o arrocho salarial e a busca de uma ordenação jurídica dos sindicatos tornaram-se itens de maior expressão nas discussões sindicais e assembleias com os trabalhadores.

A estruturação das estratégias operárias e sindicais adquiriram novas perspectivas com as assembleias de massa, comissões criadas para

a mobilização dentro e fora das fábricas, a Tribuna Metalúrgica e, precisamente, a efetivação das greves.

Nós fazíamos o seguinte: nós fazíamos assembleia de porta de fábrica, nós fazíamos assembleia por setor de fábrica, aqui no Sindicato, chamava os caras por setor e fazia reunião, chamava reuniões por fábricas. Nós estávamos dentro da fábrica e a gente provocava o peão: “Nós somos um bando de frouxos, nós temos a máquina na mão, nós produzimos riqueza(...). Estudante tá lá na rua enfrentando a polícia, enfrentando a ditadura militar, dando chute em cachorro(...). Nós estamos aqui(...). Um bando de covarde(...). Você é um frouxo.” Nossa, ai tu mexia com a dignidade do cara.¹⁰

Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas



Assembleias e piquetes nas portas das fábricas, reuniões na sede do Sindicato e distribuição de panfletos foram algumas das formas encontradas para mostrar e envolver os metalúrgicos da região. O papel da Tribuna Metalúrgica neste período foi fundamental. Além de apresentar notícias sobre o panorama nacional do mundo do trabalho (política salarial, informe sobre os direitos dos trabalhadores etc...), as notícias sempre eram colocadas de maneira contundente,

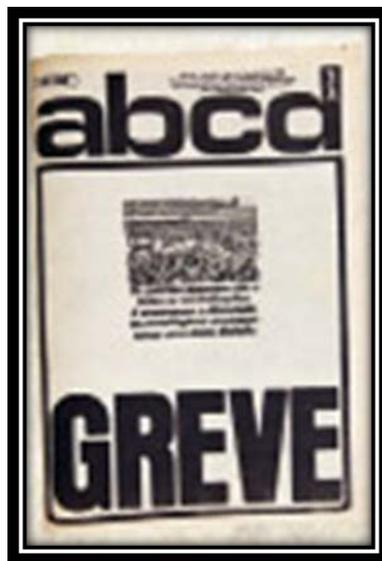
chamando os metalúrgicos à sindicalização e, principalmente, a participar das reuniões na sede. Além disso, pedia a profunda participação dos trabalhadores na transmissão das notícias e das decisões tomadas nas reuniões.

A Tribuna Metalúrgica tornou-se o principal informativo semanal e instrumento de conscientização e de aproximação do trabalhador dos debates com dirigentes e a base. Seu conteúdo atuava como um mecanismo de identificação que informava aos trabalhadores do que realmente acontecia na cena política quanto às questões salariais. Com uma linguagem clara e denunciando os problemas cotidianos dos metalúrgicos, a Tribuna acabou tomando uma dimensão ainda maior. Através de suas várias colunas o jornal emitia notas conclamando os operários à sindicalização, a participarem das reuniões e a ajudar na tarefa de divulgação dos propósitos das paralisações na região. Em síntese, o jornal abordava os seguintes aspectos:

1. Chamada para a mobilização;
2. Tarefa de sindicalização;
3. Campanhas Salariais;
4. Congressos operários realizados e a realizar;
5. Orientação aos trabalhadores sobre legislação;
6. Acompanhamento de processos contra as empresas;
7. Incentivo à luta dentro das fábricas;
8. Denúncia dos delatores;
9. Defesa da liberdade sindical.

A coluna de João Ferrador era sempre a mais aguardada por ser o interlocutor da categoria junto às autoridades ministeriais. Retratado como caricatura de um operário de macacão, bonezinho e cara emburrada, João Ferrador representava a insatisfação e a força dos metalúrgicos nas reivindicações e paralisações. A dimensão política abordada nos textos reconhecia a importância dos trabalhadores como força social.

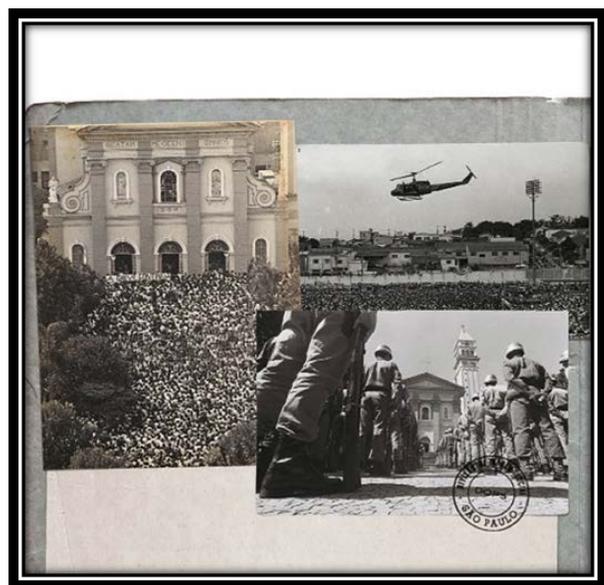
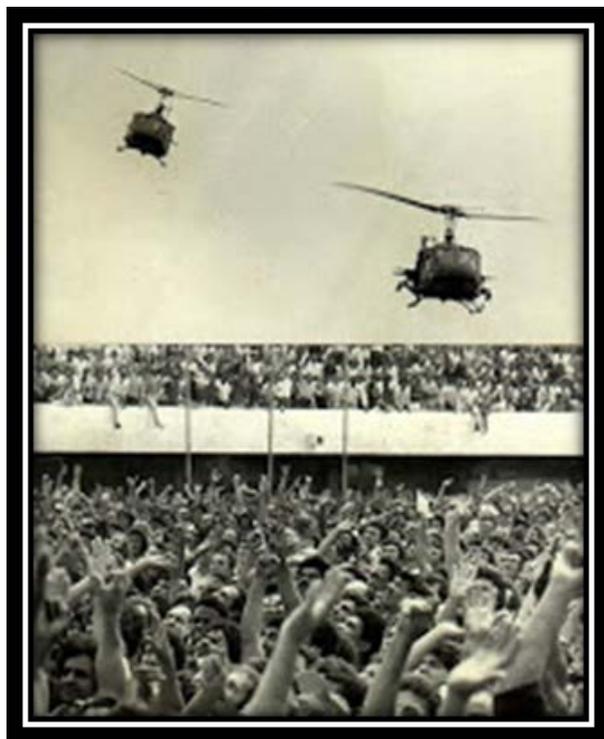
O semanário ABCD Jornal também cumpriu essencial papel enquanto porta-voz das palavras de ordem necessárias à manutenção das mobilizações. Foi o jornal que manteve as informações fidedignas para os trabalhadores nas inúmeras vezes que a sede do sindicato foi apropriada pela ditadura, o que impossibilitava a produção e distribuição do jornal do sindicato Tribuna Metalúrgica.



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

As formas alternativas de luta existentes nas movimentações de 1978 (operação tartaruga, radio peão, comissões...) adquiriram nova feição no ano seguinte e novos espaços passaram a ser ocupados pelos metalúrgicos do ABC. O que antes acontecia dentro das fábricas começava a se desdobrar nas ruas de São Bernardo do Campo, ocupando praças públicas e, principalmente, o Estádio de Vila Euclides, onde as mobilizações chegaram a reunir cerca de 100 mil trabalhadores, sob helicópteros e a mira de metralhadoras.





Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

A Campanha Salarial de 1979 foi mais uma vez o marco inicial das discussões e começou a ser elaborada com um mês de antecedência. Em reunião do conselho realizada no dia 20 de fevereiro, foram discutidos e decididos os temas que fariam parte desta campanha. Os mais significativos naquele momento teriam destaque e uma divulgação mais insistente:

1. Reajuste de 34,1%;
2. Piso salarial de 3 salários mínimos;
3. Vigência da convenção coletiva de 02/04/1979;
4. Garantia de emprego após o término do contrato de experiência;
5. Estabilidade para os delegados sindicais;
6. Redução da jornada semanal de 40 horas;
7. Reajustes após três meses.

Nesta mesma reunião foram escolhidos os membros da Comissão de Negociação encarregados de estabelecerem discussões com a classe empresarial que, posteriormente, mostrou-se irredutível quanto às reivindicações metalúrgicas. Diante do autoritarismo patronal o Sindicato comunicou e deflagrou a greve como a única alternativa.

Em assembleia no Estádio Vila Euclides, Lula se colocou da seguinte forma frente aos trabalhadores:

Quando eu vinha pra cá hoje, eu pensava que sequer ia ter condições de falar, não por estar rouco, mas por estar tomado de raiva ou de grande emoção, porque eu acho que nada foi mais importante do que essa luta que nós fizemos. Entretanto, eu quero fazer algumas orientações a vocês. É necessário que vocês entendam que hoje, talvez ainda hoje, quando o Ministério souber da decisão dos trabalhadores de São Bernardo de continuarem a greve, talvez ainda hoje eles intervenham no sindicato. Este campo, segundo o prefeito Tito Costa, ficará à disposição dos senhores trabalhadores até que uma força maior, até que alguma coisa impeça. Mas, enquanto não acontece isso, o prefeito Tito Costa

cederá o campo a vocês. Outra coisa importante: enquanto não acontecer nada, e oxalá não aconteça para a diretoria e para a comissão de salários, vocês pensem numa coisa: a gente está à testa do movimento como estive desde o primeiro minuto. Se acontecer alguma coisa e vocês esmoecerem, ao invés de nos ajudar, vocês não estarão ajudando. Agora é necessário que haja alguém, e a comissão de salários já existe, que assuma este movimento se acontecer alguma coisa à diretoria. Que assuma este movimento. E o dia que vocês perceberem que a coisa não está indo para frente, por favor, não joguem na fogueira os companheiros ou os poucos que um dia quiseram continuar lutando. Tenham consciência de que se nós continuarmos unidos do jeito que estamos aqui, eu não tenho dúvida nenhuma de que com Lula ou sem Lula, com diretoria ou sem diretoria, com comissão ou sem comissão, vocês sairão vencedores desta luta.¹¹



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

No dia 13 de março de 1979 foi decretada a greve. Mais de 150.000 operários estavam paralisados no ABC Paulista. Ninguém esperada que a resposta dos trabalhadores às intransigências dos patrões atingisse tais níveis. Com características diferentes das manifestações anteriores, as greves não se limitaram ao espaço fabril, elas tomaram as

ruas e os operários não compareciam às fábricas para ocupar seus postos. As comissões organizadas a partir das reuniões percorriam constantemente as portas das fábricas orientando e informando sobre o desenvolvimento das negociações.

Em 16 dias de greve, os metalúrgicos e o Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema sofreram violenta repressão. Uma das grandes preocupações da diretoria sindical era quanto às desmobilizações, já que nos finais de semana a fragmentação do movimento e a falta de muitos metalúrgicos nas reuniões e piquetes poderia aparentar uma ineficiência do movimento. Para que isso não ocorresse, as Comissões de Salário promoviam dentro e fora do Sindicato uma série de atividades para manter a união de forças e ideias com os operários metalúrgicos. D. Claudio Hummes, o então bispo da região do ABC Paulista, colocou à disposição do Sindicato e dos Operários em geral, todas as igrejas da localidade para servirem de postos centralizadores e arrecadadores de contribuições de alimentos e roupas, que eram distribuídos aos grevistas que estivessem passando por dificuldades, o que impedia, também, uma volta desesperada aos postos de trabalho sem ter conquistado qualquer benefício.

Mas o movimento dos metalúrgicos do ABC, apesar de todo poder organizatório, ainda corria riscos de frustração. A legislação trabalhista e sindical ainda se contrapunha a suas ações e o governo estabelecido ainda era o militar. Após 11 dias de paralisação, a diretoria do sindicato foi cassada e o Comando Geral de Greve assumiu a direção do movimento. O comando havia sido criado exatamente para o caso de cassação da diretoria. O movimento, portanto, não ficaria sem liderança, pois corria o risco de perder sentido e força, apesar das importantes conquistas estabelecidas desde o início da greve. O Comando era formado por membros e lideranças das ex diretorias cassadas no ABC e

surge como alternativa possível na orientação e condução do movimento.

Com a sede do Sindicato sob Intervenção federal o movimento operário do ABC Paulista foi testado. Era necessário agora colocar em prática as estratégias e contar com a participação efetiva dos metalúrgicos na condução do movimento.



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

Foi dentro desse processo de desenvolvimento que surgiu uma perspectiva classista, de autonomia da classe trabalhadora que fortaleceu sobremaneira a participação dos trabalhadores em torno das suas demandas.

Criado em 1979, a Associação Beneficente e Cultura dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, chamado popularmente de Fundo de Greve, centralizava e coordenava as ações do movimento grevista da época. Em sua sede instalada próximo ao Sindicato e também da cooperativa da Volkswagen, os metalúrgicos não encontraram apenas um galpão com doações recebidas, mas também a

maioria dos dirigentes sindicais afastados e impedidos de utilizar a sede do Sindicato por conta da intervenção ali estabelecida.

O Fundo de Greve atendeu a necessidade de se arrecadar e distribuir recursos aos operários para que pudessem subsistir durante os dias parados e sem pagamento. Quando das intervenções, o Fundo de Greve permitiu a continuidade da prática sindical livre da tutela do Estado por uma única razão: era um órgão autofinanciado e, portanto, não era passível de sofrer qualquer intervenção oficial. Entretanto, apesar da autonomia, o Fundo não chegou a constituir um sindicato paralelo, pois todo o trabalho desenvolvido até então continuava a ser presidido pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema além de adotarem claramente as mesmas diretrizes.

O Fundo de Greve, inclusive durante a greve no ABC, foi um avanço de organização e até de imposição dos operários para algumas diretorias que jamais se comprometeram com a luta dos trabalhadores. O bônus unificado do ABC saiu com a assinatura de 48 entidades sindicais, o que foi um avanço para o comprometimento do conjunto dos sindicatos e das diretorias sindicais. Ao mesmo tempo, o bônus do Fundo de Greve tinha objetivos educativos, explicava o sentido e por que uma categoria devia dar solidariedade a outra.¹²

Com menos de um ano de funcionamento, o Fundo de Greve passou por vários momentos importantes e se tornou tema constante das discussões do Sindicato. A experiência desse tipo de organização em outros países, como na Alemanha, por exemplo, despertou o movimento para a necessidade de obtenção de recursos para a conquista de autonomia em relação a tutela do Estado.

A diretoria estabeleceu critério para a distribuição dos mantimentos e do dinheiro arrecadado. Só seriam atendidos os metalúrgicos da base, mediante a apresentação da carteira de trabalho. Os trabalhadores mais engajados no movimento ficariam responsáveis por receber os alimentos e ensacá-los, formando cestas em quantidade suficiente para atender as famílias. Durante o período de paralisação em

1979, foram arrecadados Cr\$ 1,5 milhão para o pagamento de carnês, prestações e aluguéis e 76.600 Kg de alimentos, atendendo a 6.384 famílias, o que representava aproximadamente 31.920 mil pessoas.¹³

Após a intervenção no Sindicato e a proibição de reuniões e assembleias no Estádio Vila Euclides e na Praça Matriz, os postos de arrecadação e distribuição de alimentos para o Fundo de Greve, localizados nos bairro, serviram também como pontos de reuniões dos trabalhadores. Alguns destes postos chegaram a reunir, diariamente, 300 a 400 trabalhadores. A organização foi ampliada significativamente em a Comissão de Mobilização e a criação de um grupo especial chamado “Grupo 16”, que substituiria a diretoria do sindicato em caso de prisão.

As experiências vividas em 1979 e a organização formulada ao longo da repressão desencadeada contra os trabalhadores deram maiores condições de planejamento para a Campanha salarial do ano seguinte. Fato novo seria o preparo dos patrões contra qualquer ofensiva dos trabalhadores.



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

Desde o início da greve de 30 de março de 1980, o Fundo de Greve tinha sido deslocado para a Igreja Matriz, pois já se previa que o Sindicato poderia sofrer intervenção. Os sindicatos aglutinados no grupo chamado Unidade Sindical buscou formas alternativas de contribuir com a greve dos metalúrgicos. Nesta greve o Sindicato optou por negociar suas reivindicações separadamente da Federação dos Metalúrgicos por razão dos desacordos ocorridos no ano anterior. Prova desta insatisfação foi o rompimento de diversas outras entidades sindicais com a Federação.

Dentre as inúmeras reivindicações daquele ano estavam a exigência de piso salarial por função, garantia ao empregado admitido de salário igual ao que recebia no emprego anterior, extinção da contratação de trabalhadores temporários e reconhecimento do representante sindical e livre acesso dos mesmos nas fábricas. Em contrapartida os patrões ofereceram 5% de produtividade e piso salarial de Cr\$ 5.904,00 sem atender qualquer outra reivindicação. Diante da intransigência dos empresários, no dia 30 de março, 60 mil trabalhadores se reuniram no Estádio de Vila Euclides e decretaram greve geral da categoria.

Dadas as experiências adquiridas em anos anteriores e a repressão por parte do governo, as estratégias se modificaram. A greve deveria acontecer sem piquetes e os trabalhadores não compareceriam em hipótese alguma nos locais de trabalho. O Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica (publicação que circulava com este nome quando o Sindicato sofria intervenção) orientava os trabalhadores paralisados quanto as negociações e sobre as estratégias a serem utilizadas durante a greve. Diferentemente dos anos anteriores, a greve dos metalúrgicos não ocorreu apenas em São Bernardo do Campo. A paralisação dos trabalhos atingiu também Santo André, São Caetano do Sul, Taubaté e Pindamonhangaba, Piracicaba, Lorena, Sertãozinho, Ribeirão preto, cruzeiro, Mococa, Jundiaí, Ourinhos, campinas e Sorocaba.

A dimensão que a greve havia tomado no ABC se distinguia em muitos pontos do ano anterior. Os empresários, nas suas formas de confronto, também já haviam entendido como lidar com isso e também elaboraram suas estratégias de confronto. Os instrumentos jurídicos-políticos estavam do seu lado e o patronato decidiu que nenhuma reivindicação do Sindicato seria atendida.

A greve de 1980 perdurou por 41 dias sem a realização de um piquete sequer. Antes mesmo da intervenção no Sindicato o “Grupo Especial”, criado para substituir os diretores do sindicato presos ou cassados, assim como o Fundo de Greve já estavam bem organizados.

O Fundo de Greve foi o respaldo necessário para um cenário de profundas incertezas. Mas, além dos congressos, assembleias, reuniões, panfletagem e do próprio fundo e das diversas comissões existentes no interior do movimento, havia também o Teatro Timurbinatti, do Grupo Forja.¹⁴ Os atores eram os próprios trabalhadores que, em suas performances, mostravam o sofrimento e a repressão que enfrentavam há anos. O filme *Linha de Montagem*,¹⁵ dirigido por Renato Tapajós, também foi fundamental para a divulgação das formas de luta, seus objetivos e conscientização.

A repressão não tardou e até o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu-se incompetente para julgar a legalidade ou não da greve. Partidos de oposição manifestaram seu apoio à greve, afirmando que o movimento era “pacífico, legítimo e justo.”¹⁶ No dia 17 de abril, o Ministro Murilo Macedo, após o TRT decidir pela ilegalidade do movimento, decretou intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do campo e Diadema e no de Santo André, afastando 42 dirigentes sindicais acusados de incitamento à greve. No mesmo dia o Deops (Delegacia de Ordem Política e Social) chamou 11 diretores do Fundo de Greve para prestarem depoimento sobre a procedência e uso do dinheiro arrecadado.

Os choques entre a polícia e os trabalhadores se agravavam. Com a prisão dos diretores o Comando de Greve assumiu a liderança e a continuidade do movimento. As prisões continuaram e o uso do Estádio Vila Euclides foi proibido. No dia 1º de maio de 1980, no auge da paralisação, o Dia do Trabalhador foi comemorado no Paço Municipal cercado por policiais. Dois dias depois ocorreu um dos choques mais violentos entre policiais e grevistas: 54 feridos e muitas prisões. Como forma de protestar contra esse episódio, as mulheres dos operários, portando faixas, flores e bandeiras, realizaram uma passeata pedindo a abertura das negociações e a libertação dos presos.



Arquivo Eletrônico – ABC de Lutas

A greve começava, então, a enfrentar sérias dificuldades. Com a prisão dos dirigentes sindicais, principais referências do movimento, a dura atuação da polícia, a falta de perspectiva de negociação com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), ameaças de demissões e dificuldades de organização, os trabalhadores começaram a voltar para o trabalho.

No dia 11 de maio, após 41 dias de greve, os metalúrgicos, em assembleia na Igreja Matriz, decidiram pelo fim da greve.

As circunstâncias que moveram as greves operárias se baseiam fundamentalmente em razões salariais e condições de trabalhos feridas diretamente pela política econômica da ditadura militar. As manifestações operárias denunciaram e tentaram combater a superexploração do trabalho, configurado na política salarial e no seu arrocho, motivo pelo qual adquire caráter político imediato. Por isso as greves precisam ser analisadas não como simples “aventura”, mas como um movimento que foi capaz de avançar no que tange aos temas assimilados e estratégias elaboradas. Na greve de 1980, a falta de ampliação da base social e a falta de amplitude de seus objetivos favoreceu a derrota do movimento após 41 dias de paralisação. Mas é preciso dizer também que a trajetória das greves metalúrgicas do ABC Paulista abriram as portas para novas discussões e a prerrogativa do surgimento de um partido que pudesse ser a expressão desse alargamento da base social do movimento. Os avanços e os limites das manifestações do ABC Paulista contribuíram imensamente para a década de 1980 e para a conquista de uma nova condição e disposição de luta com a criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores em 1980 e 1983 respectivamente.

Notas

* Doutora e professora do curso de especialização: História, Sociedade e Cultura, da PUC-SP. E-mail: fscol@bol.com.br.

Este artigo é baseado na dissertação de mestrado da autora defendida em 2003 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob o título: As formas políticas e organizacionais do “novo sindicalismo”: as paralisações de metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 no ABC Paulista. E-mail: fscol@bol.com.br

¹ Para mais ver ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Org.). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo. Scritta, 1997.

-
- ² CHASIN, J. As máquinas param: germina a democracia. *In: Revista Escrita/Ensaio*. Nº 7, 1980, p. 108.
- ³ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo. Cadernos Cebrap, 1978.
- ⁴ IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo. Civilização Brasileira, 1981. p. 59.
- ⁵ COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 1997.
- ⁶ CHASIN, J. *Op Cit.*, p. 168.
- ⁷ Bilhetes do João Ferrador. São Paulo. editora Grafitte, 1980, pp. 7-8.
- ⁸ *Ibidem*, pp 47-8.
- ⁹ SANTOS, Flaviano de Oliveira dos. Metalúrgico aposentado pela Scania, atualmente membro da AMA (Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC paulista). Entrevista concedida à autora em 05/09/2001.
- ¹⁰ BATISTA, Expedito Soares. Advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista em entrevista à autora. 04/04/2001.
- ¹¹ SAMPAIO, Antonio Possidônio. *Lula e a greve dos pedões*. São Paulo. Scritta, 1982. p. 83.
- ¹² ARAÚJO, Cândido Hilário de. Entrevista concedida à Revista Escrita/Ensaio, nº 7. p. 54.
- ¹³ Dados obtidos na publicação da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURA DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA, 1980, p. 10.
- ¹⁴ URBINATTI, Tin. *Pedões em cena*. São Paulo. Hucitec, 2011.
- ¹⁵ Linha de Montagem Ano: 1982. Diretor: Renato Tapajós Produção: Brasileira. 90 min.
- ¹⁶ Associação Beneficente e Cultural, 1980, p. 15.

Data de envio: 20/03/2013

Data de aceite: 28/03/2013